

RELATÓRIO E CONTAS



FUNDAÇÃO
PORTUGAL
ÁFRICA

2022


+  A

FUNDAÇÃO PORTUGAL-ÁFRICA

Relatório Anual

Em 31 de Dezembro de 2022

1. Actividade

- 1.1. O ano de 2022 da Fundação Portugal-África ficou marcado, essencialmente, pela prossecução do projecto de parceria com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) de criação de um programa de formação pós-graduada para nacionais de países Africanos de língua Portuguesa.

Com a prossecução deste projecto, a Fundação continuou a dar execução à orientação que foi definida aquando da aprovação da iniciativa acima descrita, e que se traduziu na decisão de centrar as atividades da Fundação, ao longo dos próximos anos, no desenvolvimento da supra referida parceria com o MNE.

Nesse quadro, e para além do que se descreve no ponto 1.2., acerca dos trabalhos desenvolvidos para concretizar o supra referido projecto, as demais atividades desenvolvidas pela Fundação limitaram-se, em 2022, à sua gestão corrente, sem financiamento de iniciativas próprias ou de terceiros. Em qualquer caso, destacam-se o estabelecimento de contactos com a Câmara Municipal do Porto e com o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, tendo em vista a possível concretização de iniciativas conjuntas, designadamente iniciativas de natureza cultural a realizar nas instalações da Fundação.

- 1.2. Relativamente ao projecto de parceria com o MNE acima referido, é importante recordar que a proposta de criação deste programa foi plasmada no documento intitulado “Projecto de Criação de um Programa de Formação Pós-Graduada para Nacionais de Países Africanos de Língua Portuguesa”, datado de 26 de Agosto de 2019 (adiante Documento de 2019), remetido à Fundação pelo MNE em 11 de



2

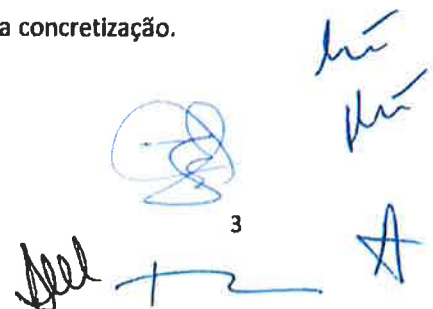


Setembro de 2019, e que mereceu, nas suas linhas gerais, o acordo da Fundação em Outubro desse mesmo ano de 2019. Contudo, a pandemia COVID 19, que se iniciou no primeiro trimestre de 2020, com a imposição de sucessivos estados de emergência e de situações de confinamento, veio a provocar um deslizamento do início dos trabalhos de concretização do referido programa.

Esse início veio a ter lugar já em Setembro de 2021, com a realização de uma reunião entre o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e representantes da Fundação e uma troca de cartas entre o MNE e a Fundação, através das quais se reafirmou o propósito de avançar com a concretização do programa, se reconfirmaram, com a actualização necessária em função do tempo entretanto decorrido, as bases constantes do Documento de 2019 e foram designados os representantes de ambas as partes no Grupo de Trabalho encarregue de preparar uma proposta de estruturação do programa. Para o efeito, esse Grupo de Trabalho integrou dois representantes da Fundação, representantes do MNE e um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

Na sequência dos desenvolvimentos acima referidos, o Grupo de Trabalho realizou várias reuniões entre Novembro de 2021 e Março de 2022, tendo no fim desse mês de Março concluído um documento contendo as propostas de concretização do projecto em apreço.

As linhas gerais do documento acima referido foram apresentadas à Assembleia de Fundadores realizada em 19 de Julho de 2022. O documento acima referido foi também submetido pelos representantes do MNE e do MCTES à aprovação das respectivas hierarquias. O projecto e o documento em apreço encontram-se ainda em apreciação nos Ministérios acima referidos, com quem a Fundação tem mantido contactos regulares, tendo havido, já no corrente ano de 2023, uma nova confirmação do interesse do Governo em avançar com a sua concretização.



3

2. Evolução Económica Financeira






No exercício de 2022, a Fundação apurou um resultado líquido negativo de 576.047 euros, que se traduz numa variação negativa de 413.386 euros face ao final do ano de 2021, em que se registou um resultado líquido negativo de 162.661 euros.

Para esta variação contribuiu exclusivamente a evolução dos resultados apurados na gestão (a cargo da BPI Gestão de Activos) da carteira de investimentos financeiros da Fundação, já que esses resultados foram negativos no montante de 428.488 euros, o que compara com um resultado positivo de 3.995 euros registados em 2021, ou seja, uma diminuição de 432.444 euros.

É de sublinhar que este resultado negativo da carteira de investimentos financeiros da Fundação decorre, na sua quase totalidade, de variações do justo valor dos instrumentos financeiros detidos, ou seja, não traduz a verificação de perdas efectivas. Efectivamente, grande parte dos instrumentos financeiros em causa são, directa ou indirectamente, representados por obrigações de emitentes soberanos ou *corporate* com ratings elevados, pelo que não se estima que, na maturidade, estas variações se venham a traduzir em perdas efectivas.

O resultado negativo alcançado na gestão da carteira de investimentos financeiros da Fundação explica-se, essencialmente, pelo comportamento negativo dos mercados que se registou em 2022, comportamento negativo esse que se verificou na generalidade das classes de activos. Assim, por exemplo:

- o mercado de obrigações soberanas da Zona Euro (instrumentos que representam uma componente relevante da carteira da Fundação) caíu, face a 2021, 18,22%, a maior queda de sempre deste índice;
- o mercado de obrigações *corporate* europeu caíu, face a 2021, 13,65%, também a maior queda de sempre do índice;
- o mercado de acções europeias caíu, face a 2021, 8,42% e o mercado de acções globais recuou 12,78%.


4
   

Ao longo de 2022, a carteira de investimentos financeiros da Fundação manteve um perfil de risco muito conservador, ainda que tendo sido realizados pequenos ajustamentos a esse perfil de risco, designadamente por forma a permitir alguma, ainda que reduzida, exposição a acções.

Importa, também, sublinhar, que a carteira de Investimentos financeiros da Fundação cuja gestão está a cargo da BPI Gestão de Activos passou de 6.606.348 euros em Julho de 2022 para 9.132.449 euros em Agosto de 2022, em resultado da decisão do Conselho de Administração de para ela deslocar um valor significativo que até aí a Fundação mantinha em depósitos à ordem.


A 31 de Dezembro de 2022, a carteira de investimentos financeiros da Fundação no valor de 8.517.698 euros tinha, directamente ou através de fundos de investimento, a seguinte repartição:

- a) Obrigações soberanas: 32,1%
- b) Obrigações Corporate: 37,9%
- c) Acções: 10,8%
- d) Investimentos alternativos¹ : 13,6%
- e) Depósitos à ordem: 5,6%

Os gastos de funcionamento da Fundação, correspondentes a custos operacionais com fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, mantiveram-se controlados. Verificou-se um aumento dos mesmos face a 2021, de 67.147 € para 86.340€, essencialmente em resultado de, no ano de 2021, não ter sido contabilizado o custo com a certificação legal de contas e de ter sido necessário realizar um conjunto de gastos correntes de conservação e reparação nas instalações.

Conforme estava previsto, o valor das amortizações reduziu-se de 107.864 euros para 61.219 euros, essencialmente em resultado de ter terminado em 2021, em termos

¹ Fundos de de acções com histórico provado de apresentar retornos acima das taxas de juro sem risco, tendencialmente sem relação com o comportamento global do mercado acionista, em virtude de utilizarem técnicas se protegerem contra a variação desse comportamento.



5

contabilístico/fiscais, o período de amortização para uma parte significativa do Imobilizado sujeito a depreciação

O ativo total líquido da Fundação, no final de 2022, é de 9.371.031 euros, tendo diminuído 630.073 euros, face ao valor de 2021 (que, recorde-se, era de 10.001.104 euros). Esta diminuição é explicada pela redução do valor líquido do imobilizado, fruto das amortizações do exercício, no montante de 61.219 euros, do reconhecimento neste exercício das amortizações do direito de superfície relativas aos exercícios decorridos desde 2001, no montante de 57.704 euros, e da redução do valor do saldo dos ativos financeiros, obrigações, fundos de investimento e depósitos à ordem, no montante de 514.132 euros, esta última redução decorrente da evolução do valor da carteira de instrumentos financeiros da Fundação (correspondente a activos detidos para negociação e caixa e depósitos bancários).

Os fundos patrimoniais de 9.360.585 euros no final do ano de 2022, registaram também uma diminuição face ao exercício anterior (9.991.841) de 631.257 euros. Esta diminuição resulta: (i) do resultado negativo do exercício, 576.047 euros; (ii) das amortizações do direito de superfície (57.704 euros); e (iii) da realização por um fundador do valor de 2.994 euros para o fundo patrimonial.

3. Aplicação do Resultado do Exercício

De acordo com os Estatutos da Fundação, propõe-se que o resultado líquido negativo da Fundação apurado no exercício de 2022, no montante de 576.046,56 euros, seja integralmente aplicado em Resultados Transitados.

4. Atividade Futura

Conforme se detalhou no ponto 1, a atividade da Fundação nos próximos anos irá estar concentrada, essencialmente, no desenvolvimento do projeto de parceria com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.



Handwritten signature and initials in blue ink, including a circled 'S' and the number '6'.

5. Novo membro do Conselho de Administração

Na sequência da renúncia, ocorrida em 5 de Janeiro de 2022, do Senhor Dr. Carlos Costa Pina, ao seu cargo de vogal do Conselho de Administração, renúncia apresentada na sequência da sua saída da Galp Energia, SGPS, S.A., foi cooptado para sua substituição, por indicação desta entidade, o Senhor Eng^o Jorge Carvalho. Esta cooptação foi ratificada por deliberação tomada na Assembleia de Fundadores de 19 de Julho de 2022.

6. Agradecimentos

O Conselho de Administração manifesta o seu apreço e agradecimento pelo trabalho realizado pelos membros dos demais órgãos da Fundação. Manifesta-se ainda o agradecimento do Conselho de Administração aos Fundadores e aos colaboradores da Fundação.

Porto, 27 de Março de 2023

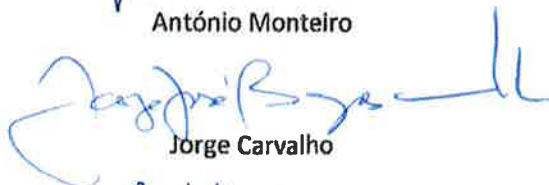
O Conselho de Administração,



Alexandre Lucena e Vale



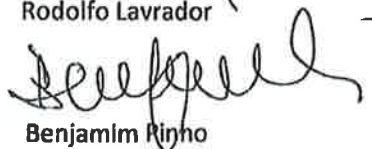
António Monteiro



Jorge Carvalho



Rodolfo Lavrador



Benjamim Rinho

**FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA**

Balanças em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	Dezembro 2022	Dezembro 2021
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	10.789	326.515
Bens do património histórico e cultural		8.285	8.285
Ativos Intangíveis	6	305.691	108.888
Total do ativo não corrente		324.765	443.688
ATIVO CORRENTE:			
Créditos a receber		2.983	-
Ativos financeiros detidos para negociação	7	8.517.698	5.754.266
Caixa e depósitos bancários	4	525.586	3.803.150
Total do ativo corrente		9.046.266	9.557.416
Total do ativo		9.371.031	10.001.104
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	8	11.375.093	11.372.599
Reservas	8	1.123.306	1.123.306
Resultados transitados	8	(2.561.768)	(2.341.403)
		9.936.631	10.154.503
Resultado líquido do período		(576.047)	(162.661)
Total dos fundos patrimoniais		9.360.585	9.991.841
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		708	405
Estado e outros entes públicos	9	461	415
Outros passivos correntes	10	9.277	8.444
Total do passivo corrente		10.446	9.263
Total do passivo		10.446	9.263
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9.371.031	10.001.104

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Alexandre Lucena e Vale
António Vitor Martins Monteiro
Jorge Carvalho
Rodolfo Lavrador
Benjamim Pinho



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Dezembro 2022	Dezembro 2021
Fornecimentos e serviços externos	11	(97.442)	(78.058)
Subsídios concedidos	12	-	(16.546)
Gastos com o pessoal		(13.217)	(11.856)
Aumentos / reduções de justo valor	7	(379.927)	45.463
Outros rendimentos	13	66.158	25.983
Outros gastos	14	(90.401)	(20.176)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(514.828)	(55.190)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(61.219)	(107.864)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(576.047)	(163.054)
Juros e rendimentos similares obtidos	15	-	392
Resultado antes de impostos		(576.047)	(162.661)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(576.047)	(162.661)

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferrelra

O Conselho de Administração

Alexandre Lucena e Vale

António Vítor Martins Monteiro

Jorge Carvalho

Rodolfo Lavrador

Benjamim Pinho



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Montantes expressos em euros)

Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Subsídios ao Investimento (Nota 8)	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2022	11.372.599	1.123.306	(2.341.403)	-	(162.661)	9.991.841
Resultado Integral do exercício	8	-	-	-	(576.047)	(576.047)
Realização de fundos	8	2.494	-	-	-	2.494
Aplicação de resultados	8	-	(162.661)	-	162.661	-
Outros movimentos	5, 8	-	(57.704)	-	-	(57.704)
	2.494	-	(220.365)	-	(413.385)	(631.257)
Posição no fim do exercício 2022	11.375.093	1.123.306	(2.561.768)	-	(576.047)	9.360.585

(Montantes expressos em euros)

Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Subsídios ao Investimento (Nota 8)	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2021	11.372.599	1.123.306	(2.303.861)	24.940	(37.542)	10.179.443
Resultado Integral do exercício	8	-	-	-	(162.661)	(162.661)
Aplicação de resultados	8	-	(37.542)	-	37.542	-
Reconhecimento de subsídios	8	-	-	(24.940)	-	(24.940)
	-	-	(37.542)	(24.940)	(125.120)	(187.601)
Posição no fim do exercício 2021	11.372.599	1.123.306	(2.341.403)	0	(162.661)	9.991.841

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais.

O Contabilista Certificado

Antonio Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Alexandre Lucena e Vale Antonio Vitor Martins Monteiro

Jorge Carvalho Rodolfo Lavrador

Benjamin Pinho



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Montantes expressos em euros)

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Pagamentos de apoios a projetos próprios	-	(13.577)
Pagamentos a fornecedores	(91.283)	(36.901)
Pagamentos ao pessoal	(8.461)	(8.037)
Outros recebimentos / pagamentos	(15.634)	(58.515)
	(99.744)	(29.228)
	(115.379)	(87.743)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(9.138.449)	(896.639)
	(9.138.449)	(896.639)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	5.973.769	471.620
Juros e rendimentos similares	-	84.106
Dividendos	-	-
	5.973.769	555.726
	(3.164.680)	(340.913)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Realização de fundos patrimoniais	2.494	-
Outras operações de financiamento	-	-
	2.494	-
Pagamentos respeitantes a:		
Redução de fundos	-	-
	-	-
	2.494	-
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(3.277.564)	(428.656)
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.803.150	4.231.806
Caixa e seus equivalentes no fim do período	525.586	3.803.150
	(3.277.564)	(428.656)

O Contabilista Certificado

António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Alexandre Lucena e Vale

Jorge Carvalho

Benjamim Pinho

António Vítor Martins Monteiro

Rodolfo Lavrador

Rodolfo Vitor Lavrador

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Portugal - África ("Fundação") é uma pessoa coletiva de direito privado e fins de utilidade pública, regendo-se pelos seus estatutos e, em tudo o que neles é omissos, pela legislação Portuguesa aplicável.

A Fundação foi constituída em 9 de janeiro de 1995 e tem como finalidade contribuir para a realização e incremento de ações de carácter cultural, científico e educacional a desenvolver em Portugal e em África, designadamente junto dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os países africanos, numa perspetiva de progresso e de projeção para o futuro. No âmbito de intervenção da Fundação incluem-se a concessão de subsídios e apoios a projetos relacionados com o fim da Fundação.

Em 22 de setembro de 1995, a Fundação obteve do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o estatuto de ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, nos termos do disposto na Lei 19/94 de 24 de maio. Entretanto, face ao disposto na Lei nº 66/98 de 14 de outubro, foi felto pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), o registo da Fundação Portugal África junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, reconhecendo o seu estatuto de ONGD.

A 2 de novembro de 2007, a Fundação foi nomeada como observador consultivo da C.P.L.P. – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e em julho de 2009 foi admitida como membro do Centro Português de Fundações.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Fundação opera.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho e republicado pelo decreto-lei nº 98/2015 de 2 de junho, de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 2012, passaram a ser igualmente aplicáveis as disposições legais previstas no Decreto-Lei nº 36-A/2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 10 de julho acima referido, o qual inclui a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e de normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos anexos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de agosto de 2009.

Dado que este novo regime face ao normativo até aí aplicado pela Fundação, não gera qualquer impacto contabilístico, patrimonial ou ao nível das divulgações realizadas por parte da Fundação, esta optou por manter a forma de apresentação das suas demonstrações financeiras como até aí, dado que considera que esta é mais completa e útil para o utente das suas Demonstrações Financeiras.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Fundação operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Nesta análise a Fundação teve em consideração os planos da Assembleia Geral de Fundadores relativamente ao futuro da mesma, sendo que no final de 2019 o Ministério dos Negócios Estrangeiros propôs a criação conjunta de um projeto de pós graduações e doutoramentos a realizar em Portugal destinado a estudantes dos PALOP, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Fundação, sendo que a prossecução das medidas a desenvolver pela Fundação, como a preparação de um novo projeto de Estatutos e diálogo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros serão uma das principais incumbências dos seus novos órgãos sociais, recentemente eleitos. A Fundação tem mantido desde 2019 uma atividade limitada aos compromissos assumidos e em curso, reduzindo ao mínimo a sua intervenção em projetos promovidos por entidades terceiras. A 8 de setembro de 2021 foi realizada uma reunião com o Ministro dos Negócios Estrangeiros na qual ficou decidido retomar o programa de formação pós-graduada para nacionais de PALOP interrompido em 2019. A Fundação ressalva que não irá operar através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas sim negociar com o Estado a implementação de um programa de Pós Graduação de estudantes dos PALOP. Esta estratégia implicará, necessariamente, a alteração dos seus estatutos.

Em 2022 o Conselho de Administração da Fundação continuou a prosseguir os trabalhos relativos ao projecto de implementação do Programa de Formação pós-graduada para cidadãos dos PALOPS, programa este que fora em 2021 objecto de uma troca de correspondência entre a Fundação e o Ministério dos Negócios Estrangeiros que reconfirmou a intenção das partes na sua concretização. Nesse quadro, ao longo do primeiro trimestre de 2022, o Grupo de Trabalho composto por elementos da Fundação e do estado (Ministério dos Negócios Estrangeiros e Min. Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) desenvolveu os seus trabalhos que se concluíram com a aprovação de um documento contendo o programa de concretização e implementação do programa acima referido. Este documento foi depois formalmente entregue ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e ao Conselho de Administração da Fundação, tendo em vista a sua aprovação formal. A Fundação aguarda, neste momento, uma indicação do lado do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre os termos em como entenderá dar continuidade e execução ao documento acima referido, estando prevista a realização de uma reunião entre ambas entidades para esse efeito. Face ao exposto, entendemos que o sentido e extensão das actividades da Fundação estão, neste momento, dependentes da evolução do processo acima descrito.

Tendo em consideração o exposto, em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Fundação dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as suas atividades no curto prazo, antes pelo contrário, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das presentes demonstrações financeiras.

3.2 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8

Os ativos que integram a rubrica de "Outros ativos fixos tangíveis" incluem um montante de 8.285 Euros (o mesmo montante a 31 de dezembro de 2021) relativo a património artístico, o qual não é amortizado, por se considerar que o mesmo não se deprecia, nem perde valor.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispendios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.3 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis incluem essencialmente direitos de superfície amortizados pelo período estabelecido no contrato, bem como as despesas de desenvolvimento incorridas no âmbito dos projetos "Memória de África" e "Memória de África e do Oriente" e são amortizados por um período de 10 anos.

3.4 – Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

3.5 – Imposto sobre o rendimento

Por despacho conjunto A – 192/96 – XIII do Ministério dos Negócios estrangeiro e das Finanças datado de 31 de Outubro de 1996, foi reconhecida à Fundação a Isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativamente às categorias C, E, F e G.

3.6 – Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.7 – Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado; e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não sejam objeto de negociação e façam parte da carteira da Fundação.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

Outros créditos a receber

Os saldos de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de seis meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados na rubrica "Aumento / redução de justo valor".

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

Os valores identificados no Balanço na rubrica de "Ativos financeiros detidos para negociação", fazem parte de uma carteira, gerida pelo Banco Português de Investimentos (Banco BPI), que tem como objetivo a captação de lucros reais, que a Fundação posteriormente irá aplicar na sua atividade de promoção e valorização dos laços históricos e de civilização entre Portugal e os países africanos, designadamente através da concessão de subsídios.

A Fundação procede à remensuração a justo valor, a cada trimestre, de todos os seus ativos e passivos financeiros a Justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 – Instrumentos financeiros derivados

Os Instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. A Fundação procede à sua remensuração a justo valor a cada trimestre, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica "Ativos financeiros detidos para negociação – Derivados". Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica "Passivos financeiros detidos para negociação – Derivados".

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Os Instrumentos derivados contratados pela Fundação fazem parte de uma carteira de Instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto com o objetivo de gerar lucros reais para a Fundação.

3.9 – Subsídios / donativos recebidos de terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios recebidos de terceiros, nomeadamente por comparticipação em despesas de projetos, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza de que a Fundação cumpriu com as condições de atribuição dos mesmos e de que na prática tem vindo a corresponder ao momento em que são recebidos.

Os subsídios recebidos no âmbito de apoios ao investimento associados, nomeadamente, à aquisição de ativos não correntes, são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10 – Subsídios e apoios atribuídos a terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios atribuídos a terceiros, para atividades que se enquadram no fim da Fundação, são registados como gastos na demonstração dos resultados, na rubrica de "Subsídios concedidos" no exercício em que os mesmos são pagos, dado que é entendimento do Conselho de Administração que o momento do pagamento não difere do momento em que o gasto efetivamente é incorrido.

3.11 – Rédito

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O **rédito** proveniente de **dividendos** é reconhecido, na **Demonstração dos resultados em Resultados Financeiros**, quando se encontra estabelecido o **direito da Fundação a receber o correspondente montante**.

3.12 – Especialização de exercícios

A **Fundação** registra os seus **rendimentos e gastos** de acordo com o **princípio da especialização de exercícios**, pelo qual os **rendimentos e gastos** são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do **respetivo recebimento ou pagamento**.

As **diferenças** entre os **montantes recebidos e pagos** e os **correspondentes rendimentos e gastos gerados** são registradas como **ativos ou passivos**.

3.13 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As **estimativas e os pressupostos subjacentes** foram determinados por referência à data de relato com base no **melhor conhecimento existente** à data de aprovação das **demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso**, assim como na **experiência de eventos passados e/ou correntes**. Contudo, **poderão ocorrer situações em períodos subsequentes** que, não sendo **previsíveis** à data de aprovação das **demonstrações financeiras**, não foram consideradas nessas **estimativas**. As **alterações às estimativas** que ocorram posteriormente à data das **demonstrações financeiras** serão corrigidas de forma **prospetiva**. Por este motivo e dado o **grau de incerteza associado**, os **resultados reais das transações em questão** poderão diferir das **correspondentes estimativas**.

Os **principais juízos de valor e estimativas efetuadas** na preparação das **demonstrações financeiras anexas** foram os seguintes:

- (i) **Vidas úteis e análises de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;**
- (ii) **Justo valor dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação.**

3.14 – Acontecimentos subsequentes

Os **acontecimentos após a data do balanço** que proporcionam **informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço** ("**adjusting events**" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a **ajustamentos**) são refletidos nas **demonstrações financeiras**.

Os **eventos após a data do balanço** que proporcionam **informação sobre condições ocorridas após a data do balanço** ("**non adjusting events**" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a **ajustamentos**) são divulgados nas **demonstrações financeiras**, se forem considerados **materiais**.

4 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da **demonstração dos fluxos de caixa**, **caixa e seus equivalentes** inclui **numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis**.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalha-se conforme se segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Numerário	34	-
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à Ordem	525.552	3.803.150
	525.586	3.803.150

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Depósitos à Ordem era constituída por três contas bancárias, sendo uma destas contas em moeda estrangeira (USD).

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2022						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos						
Saldo inicial	294.291	1.509.866	346	18.175	84.112	1.906.790
Reclassificação	(294.291)					
Saldo final	-	1.509.866	346	18.175	84.112	1.612.499
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	1.478.030	346	18.175	83.724	1.580.275
Amortizações do exercício	-	21.434	-	-	-	21.434
Alienações	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	1.499.464	346	18.175	83.724	1.601.709
Ativos líquidos	-	10.402	-	-	388	10.789

2021						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos						
Saldo inicial	294.291	1.509.866	346	18.175	84.113	1.906.791
Alienações	-	-	-	-	-	-
Saldo final	294.291	1.509.866	346	18.175	84.113	1.906.791
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	1.414.697	346	18.177	83.723	1.516.944
Amortizações do exercício	-	63.332	-	-	-	63.332
Alienações	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	1.478.029	346	18.177	83.723	1.580.276
Ativos líquidos	294.291	31.837	-	-	390	326.515

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da rubrica "Terrenos e recursos naturais" refere-se ao direito de superfície, atribuído em 1998 pela Câmara Municipal do Porto à Fundação, por um prazo de 70 anos prorrogável por um período de 35 anos, sobre o terreno no qual está instalada a sede da Fundação e que não pode ser utilizado para outro fim. Durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2022, a Fundação transferiu este valor para a rubrica "outros ativos intangíveis" e efetuou uma correção das

amortizações referentes ao referido direito de superfície pela rubrica de "Fundos Patrimoniais – Resultados Transitados" (57.704 Euros).

O saldo da rubrica "Edifícios e outras construções", diz respeito às benfeitorias realizadas no terreno, correspondentes à construção das instalações sede da Fundação. Em caso de utilização para outro fim, o terreno e suas benfeitorias revertem para a Câmara Municipal do Porto.

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2022					
	Projetos de desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Direito de superfície	Total
Ativos					
Saldo inicial	1.360.590	4.797	811		1.366.198
Reclassificação				294.291	294.291
Saldo final	1.360.590	4.797	811	294.291	1.660.489
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	1.251.702	4.797	811		1.257.310
Reclassificação				57.705	57.705
Amortizações do exercício	36.898	-	-	2.885	39.783
Saldo final	1.288.600	4.797	811	60.590	1.354.798
Ativos líquidos	71.990	-	-	233.701	305.691
2021					
	Projetos de desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Total	
Ativos					
Saldo inicial	1.360.590	4.797	811		1.366.198
Saldo final	1.360.590	4.797	811		1.366.198
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	1.207.171	4.797	811		1.212.779
Amortizações do exercício	44.531	-	-		44.531
Saldo final	1.251.702	4.797	811		1.257.310
Ativos líquidos	108.888	-	-	108.888	

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores mais significativos em ativos intangíveis referem-se ao direito de superfície amortizado durante o período estabelecido no contrato e ao Projeto "Memória de África e do Oriente", que se encontra a ser amortizado em 10 anos. Durante os anos de 2022 e 2021 não ocorreram novos investimentos neste projeto.

O projeto consistiu na ampliação e desenvolvimento de bases de dados disponíveis "On-Line", com um vasto conjunto de informação sobre vários Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e na recolha de registos bibliográficos sobre a presença de Portugal na Índia, nomeadamente em Goa.

Esta base de dados foi desenvolvida pelo CEsa – Centro de Estudos sobre África e pela Universidade de Aveiro, mediante aprovação anual pelo Conselho de Administração da Fundação das despesas estimadas com o projeto apresentadas pelo CEsa.

7 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhados conforme se segue:

	Valor carteira 2022	Valor carteira 2021
ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		
Acções cotadas	-	-
Obrigações cotadas	5.694.589	3.660.069
	<u>5.694.589</u>	<u>3.660.069</u>
Outros instrumentos financeiros		
Fundos de investimento	2.810.438	2.094.197
Papal comercial	-	-
Derivados	12.671	-
	<u>2.823.109</u>	<u>2.094.197</u>
Total de activos financeiros detidos para negociação	<u>8.517.698</u>	<u>5.754.266</u>

Os ativos e passivos financeiros acima referidos encontram-se registados a justo valor através de resultados, sendo os impactos da sua atualização registados, numa base trimestral, na rubrica da Demonstração dos resultados "Aumentos / (reduções) de Justo valor".

Durante o exercício de 2020 o Conselho de Administração da Fundação decidiu deixar de ter aplicações em ações, para reduzir a exposição à flutuação de valor das mesmas, e privilegiar o investimento em obrigações e fundos de investimento.

Na reunião do Conselho de administração de 20 de janeiro de 2022 foi decidido: (i) introduzir a possibilidade de ter exposição a ações ou fundos de ações até 10%; (ii) Introduzir a possibilidade de exposição a carteiras de retorno absoluto (até 15%);

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 a carteira da Fundação apresentava a seguinte composição:

Obrigações cotadas	31.12.2022				31.12.2021			
	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Bruta	Valor no dia	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Bruta	Valor no dia
HOVIONE FAR 2023	100.000	100,25%	4,00%	101.427	100.000	100,73%	2,47%	101.331
CX G DEP-TM-28	100.000	99,63%	5,75%	102.540	100.000	107,30%	5,75%	110.311
EDP-TM-79	200.000	98,23%	4,50%	202.477	200.000	106,53%	4,50%	219.218
EDP FINANCE BV-1.125%-12-02-2024	200.000	97,55%	1,13%	197.087	200.000	102,62%	1,13%	207.231
REN FINANCE BV-2.5%-12-02-2025	200.000	96,85%	2,50%	198.103	200.000	107,29%	2,50%	210.985
REN FINANCE BV-1.75%-18-01-2028	200.000	89,47%	1,75%	182.250	200.000	107,00%	1,75%	217.487
GALP ENERGIA SGPS SA-1%15-02-20	100.000	99,64%	1,00%	100.509	200.000	101,80%	1,00%	203.750
EDP FINANCE BV-2%-22-04-2025	200.000	96,26%	2,00%	195.274	200.000	106,33%	2,00%	215.431
OT-2.875%-15-10-2025	202.050	99,89%	2,88%	203.045	202.050	112,23%	2,88%	227.986
OT-4.125%-14-04-2027	184.412	104,56%	4,13%	198.247	184.412	122,36%	4,13%	231.093
OT-0.7%-15-10-2027	227.514	90,02%	0,70%	205.144	227.514	103,97%	0,70%	236.875
OT-2.875%-21-07-2026	199.554	99,84%	2,88%	201.775	199.554	114,17%	2,88%	230.391
ORTV-LULHO-2025	225.000	102,04%	1,63%	231.222	225.000	104,72%	1,00%	236.626
AEROP-1.625%-27	100.000	86,38%	1,63%	89.290	-	0,00%	0,00%	-
ANGLO 1.625%2025	100.000	94,84%	1,63%	94.497	-	0,00%	0,00%	-
BP CAP-1.876%-24	100.000	98,01%	1,88%	99.382	-	0,00%	0,00%	-
BUND DEU-1.5%-24	91.122	98,56%	1,50%	90.657	-	0,00%	0,00%	-
BUNDESRE-0%-31	26.433	80,58%	0,00%	21.300	-	0,00%	0,00%	-
BUNDESRE-CZ-23	264.049	98,02%	0,00%	258.826	-	0,00%	0,00%	-
BUNDESRE-CZ-23	273.652	98,21%	0,00%	268.743	-	0,00%	0,00%	-
BUNDESREP-0%-32	216.425	79,47%	0,00%	171.993	-	0,00%	0,00%	-
BUNDESREPU-0%-30	25.953	82,66%	0,00%	21.453	-	0,00%	0,00%	-
BUNDESREPU-0%-30	103.689	83,77%	0,00%	86.861	-	0,00%	0,00%	-
CEPSA F-2.25%-26	100.000	92,63%	2,25%	94.598	-	0,00%	0,00%	-
COMI-2.125%-23	90.800	98,77%	2,13%	89.063	-	0,00%	0,00%	-
DANAHER-17%-24	100.000	98,11%	1,70%	99.388	-	0,00%	0,00%	-
DELL B-1.625%-24	100.000	96,30%	1,63%	97.145	-	0,00%	0,00%	-
E.ON S-0.875%-25	94.000	94,96%	0,88%	89.884	-	0,00%	0,00%	-
EUR. BK-2.25%-30	55.000	94,62%	2,25%	52.379	-	0,00%	0,00%	-
EUROPE-0%-25	78.000	92,11%	0,00%	71.845	-	0,00%	0,00%	-
EUROPEA-0%-26	78.000	91,07%	0,00%	71.031	-	0,00%	0,00%	-
EUROPEA-0%-29	85.000	82,15%	0,00%	69.824	-	0,00%	0,00%	-
EUROPEAN U-0%-30	37.000	78,90%	0,00%	29.194	-	0,00%	0,00%	-
GSK CON-1.25%-26	100.000	91,92%	1,25%	92.866	-	0,00%	0,00%	-
HEIDELBE-2.5%-24	100.000	98,23%	2,50%	90.795	-	0,00%	0,00%	-
INTERC-1.625%-24	100.000	95,43%	1,63%	95.864	-	0,00%	0,00%	-
KBC GROUP -TM-26	100.000	94,05%	1,50%	95.184	-	0,00%	0,00%	-
NATURGY-0.875%25	100.000	93,04%	0,88%	93.590	-	0,00%	0,00%	-
RYANAIR-2.875%-25	100.000	96,74%	2,88%	97.579	-	0,00%	0,00%	-
TELENO-2.625%-24	100.000	97,95%	2,63%	98.119	-	0,00%	0,00%	-
TSY -IL-0.5%-24	185.600	114,83%	0,50%	199.998	-	0,00%	0,00%	-
UNILEVE-0.75%-26	100.000	92,16%	0,75%	92.786	-	0,00%	0,00%	-
US TRE-1.125%-31	449.600	81,44%	1,13%	345.060	-	0,00%	0,00%	-
VOLVO-2.125%-24	100.000	97,59%	2,13%	98.285	-	0,00%	0,00%	-
ITALY-IL-1.4%25	-	0,00%	0,00%	-	310.000	109,29%	1,00%	339.214
NOS SGPS - 15 -2022	-	0,00%	0,00%	-	100.000	100,34%	1,72%	100.792
ORTV DEZEMB. 2022	-	0,00%	0,00%	-	355.000	101,23%	1,10%	359.649
NOS SGPS-1.125%-02-05-2023	-	0,00%	0,00%	-	200.000	101,10%	1,13%	203.698
				5.694.589				3.660.069

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Fundos de Investimento	31.12.2022			31.12.2021		
	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia
Obrigações						
BPI- Obrigações Mundiais	20.855	7,00	146.040	20.855	7,06	163.956
DEUTSCHE FLOATING IC	4.109	83,41	342.722	5.094	84,06	428.231
CAIXA BANK GLOBAL	6.655	9,46	62.985	6.655	9,84	65.474
CANDRIAM BDS.EURO HIGH	-	-	-	98	1.525,40	150.205
BGF.EURO SHORT DURATION	-	-	-	10.114	16,43	166.169
MSS SHORT MATURYTI	-	-	-	4.874	30,96	150.886
CARMINGNAC PTF-SECURITE	-	-	-	1.521	110,86	168.597
Ações						
LUNYNA MARSHAL WACE T	1.008	175,65	176.980	226	161,11	36.428
BPIGIF ALTERNATIVE	38.024	13,64	518.757	19.605	13,41	262.964
LUNYNA-MW TOPS UCITS F	1.074	182,03	195.485	602	172,36	103.682
BLACKR.GL-FDS-WLD HEAL	223	71,81	15.004	-	-	-
BPI AFRICA CL M	1.539	9,66	14.872	-	-	-
ELEVA UCITS FD-OPEA	16	1.723,32	27.763	-	-	-
BPI OPPORTUNIT CL.I	4.636	12,89	59.772	-	-	-
BPI IBERIA CL I	4.437	6,73	29.840	-	-	-
ALLIANZ OPE EQ. GRO1	3	3.142,57	8.645	-	-	-
FIDELITY OPEAN DYNA	561	17,70	9.924	-	-	-
PICTET ROBOTICS I AC	60	230,14	12.857	-	-	-
BROWN ADVISORY US EQU	55	26,43	1.372	-	-	-
NORDEA 1 GL CLIMATE & EJ	374	33,85	11.868	-	-	-
WELLINGTON GLOBAL QUA	527	34,56	17.079	-	-	-
CANDRIAM SRI EQUITY EME	42	1.053,35	43.776	-	-	-
BPI GIF TECHNOLOGY REV7	5.522	6,27	34.630	-	-	-
JAMS JUPITER GOLD & SILV	120	15,36	1.728	-	-	-
FRANKLIN TECHNOLOGY II	396	38,39	14.258	-	-	-
JPM GLOBAL NATURAL REE	12	174,21	2.122	-	-	-
GUINNESS SUSTAINABLE E	2.106	20,00	39.488	-	-	-
ROBECO BP GLOBAL PREM	194	173,41	31.519	-	-	-
HARRIS ASSOCIATES GLOE	133	230,50	28.708	-	-	-
OPAM B EQUITIES OPE	22	408,37	8.904	-	-	-
BPI IMPACTO CLIMA ACOES	1.892	5,16	9.757	-	-	-
Fundos Diversificação						
PICTET TR-DIVERS ALP	-	-	-	209	113,66	23.788
Fundos de Tesouraria						
BPI DEFENSIVO	-	-	-	26.571	7,41	196.778
BNP PARIBAS INSTICASH EL	604	137,11	82.769	-	-	-
Fundos Flexíveis						
BROWN ADVISORY US EQUITY-B USD	795	118,78	94.404	416	125,33	52.182
JPM-EMERGING MARKETS-EQTY	7.028	10,26	72.093	3.867	9,89	38.229
ELAVA ABS RET.EUR.R	745	138,21	102.969	383	139,57	53.395
PICTET TR MANDARIN-U-USD	298	181,71	50.761	187	200,88	33.234
Fundos Fechados						
ETF-ISHARE(ARCX)	863	46,49	37.616	-	-	-
ETF-COWOR(XLON)	649	73,19	44.534	-	-	-
ETF-CSETF(AMS)	2	132,24	264	-	-	-
ETF-I.OIL(XLON)	598	24,91	13.965	-	-	-
ETF-IS.COR(AMS)	4.937	26,63	131.477	-	-	-
ETF-ISH G(XETR)	2.736	10,64	29.111	-	-	-
ETF-ISH J(XAMS)	2.249	40,05	88.871	-	-	-
ETF-NAS100(SWX)	32	615,80	18.475	-	-	-
ETF-S&PCO(SWX)	391	395,45	144.966	-	-	-
ETF-XTRAC(XETR)	64	99,88	6.392	-	-	-
ISH ST.30(XETR)	2.671	9,30	24.835	-	-	-
			2.810.438			2.094.197

Derivados (Forwards de taxa de câmbio)	31.12.2022			
	Valor nominal	Última cotação	Data de fim	Valor no Dia
FUT E-MICRO EUR/USD	(1)	1,07	13-03-2023	-
FUT EURO FX CURR	5	1,07	13-03-2023	-
Derivados - Conta Margem				12.671
				<u>12.671</u>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "A" and "J".

A decomposição da rubrica de "Aumentos / reduções de justo valor" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme se segue:

	2022	2021
Ganhos de justo valor em activos financeiros:		
Obrigações	-	25.642
Outros - UP's	18.374	22.639
Perdas de justo valor em activos financeiros:		
Obrigações	(280.581)	-
Outros - UP's	(117.720)	(2.818)
	<u>(379.927)</u>	<u>45.463</u>

8 CAPITAL PRÓPRIO

Fundo social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital Fundacional ascende a 11.375.093 Euros e 11.372.599 Euros, respetivamente, encontrando-se pendente de realizar um montante de 9.976 Euros, valor este que não se encontra inscrito na rubrica de Balanço "Fundo Social".

Composição do Fundo Social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Fundo Social era representado pelas dotações subscritas pelos seus fundadores conforme a seguir se indicam:

	31.12.2022	31.12.2021
Banco BPI, S.A.	5.426.921	5.426.921
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	773.137	773.137
Fundação Belmiro de Azevedo	748.197	748.197
Banco Comercial Português, S.A.	748.197	748.197
EDP - Electricidade de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498.798	498.798
Címpor – Cimentos de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Portugal Telecom, S.A.	498.798	498.798
Câmara Municipal do Porto	299.279	299.279
Fundo da EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal	274.339	274.339
IAPMEI – Inst. Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento	124.699	124.699
Itaúsa Portugal SGPS, S.A.	124.699	124.699
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.	99.760	99.760
Tabaqueira, S.A.	99.760	99.760
IPE – Investimentos e Participações Empresariais, S.A.	74.819	74.819
Estado Português	49.880	49.880
Partex, S.A.	49.880	49.880
Tertir, S.A.	49.880	49.880
Cabelte, S.A.	24.940	24.940
Fábricas de Moagem do Marco, S.A.	24.940	24.940
Fábrica Têxtil Riopele, S.A.	24.940	24.940
Ferbritas – Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A.	24.940	24.940
Quintas & Quintas, S.A.	24.940	24.940
RAR – Soc. Controle Holding, S.A.	24.940	24.940
Asea Brown Boveri, S.A.	24.940	24.940
Sociedade Portuguesa de Acumuladores Tudor, S.A.	24.940	24.940
Solidal, S.A.	24.940	24.940
Somague, S.A.	24.940	24.940
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	24.940	24.940
Associação Empresarial de Portugal	12.470	12.470
Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)	9.976	9.976
OGMA – Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, S.A.	9.976	9.976
Outros (dotações iguais ou inferiores a 5.000 Euros)	139.668	139.668
	<hr/>	<hr/>
	11.385.069	11.385.069
Fundo subscrito por realizar	(9.976)	(12.470)
	<hr/>	<hr/>
	11.375.093	11.372.599

De acordo com os seus Estatutos, a Fundação poderá ser extinta em qualquer altura por deliberação do Conselho de Administração, tomada por maioria qualificada definida no artigo 17 dos seus Estatutos. Neste caso, o património existente reverterá integralmente a favor do Estado.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Resultados transitados

De acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi aplicado integralmente em Resultados transitados.

Durante o exercício foi registado por "Resultados transitados" o montante de 57.704 Euros, relacionado com a amortização do Direito de Superfície referido na Nota 5.

Outras variações nos fundos patrimoniais – Subsídios ao Investimento

No presente exercício não se verificou nenhum movimento associado a subsídios ao investimento dado já não existir saldo a reportar.

Assembleia de Fundadores

Em dezembro de 2021, realizou-se a Assembleia Geral de Fundadores, tendo sido aprovado o Relatório e Contas referente ao exercício de 2020.

Nesta Assembleia, foi dado conhecimento das conversações que se encontram a decorrer com o Ministério dos Negócios Estrangeiros para a criação de um projeto âncora de Pós-Graduações e Doutoramentos destinado a estudantes dos PALOP, que deverá ser lançado e gerido pelos novos Órgãos Sociais da Fundação. O diálogo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros iniciou-se após a eleição dos novos Órgãos Sociais. As medidas que terão, entretanto, de ser desenvolvidas ao nível da Fundação, como a preparação do novo projeto de Estatutos, adequando-o ao reforço da posição do Estado Português, serão uma das principais incumbências do novo Conselho de Administração.

A 19 de julho de 2022, realizou-se a Assembleia de Fundadores, tendo sido aprovado o Relatório e Contas referente ao exercício de 2021. Nesta assembleia foi feito um ponto de situação sobre o andamento do processo relativo à implementação do programa de formação pós-graduada em parceria a estabelecer entre a fundação e o estado português nomeadamente no que respeita a objetivos, cursos a ministrar e estrutura de gestão do programa.

9 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de "Estado e outros entes públicos" refere-se a valores a pagar associados a imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares e contribuições para a Segurança Social, relacionados com colaboradores da Fundação.

	2022	2021
Taxa social única	217	215
IRS	244	200
	461	415

10 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de "Outras dívidas a pagar" apresenta em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a seguinte composição:

	2022	2021
Remunerações a Liquidar	1.859	1.712
Outras contas a pagar	7.418	6.731
	9.277	8.444

O valor de "Outras contas a pagar" inclui, em 31 de dezembro de 2022, o montante de 7.418 Euros (6.731 Euros em 2021), correspondente ao último trimestre de 2022 da comissão de gestão da carteira, debitada pelo BPI.

11. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Trabalhos especializados	26.236	20.602
Comissão de gestão da carteira	27.231	25.475
Deslocações e estadas	509	137
Conservação e reparação	8.990	3.349
Comunicação	2.762	2.666
Vigilância e Segurança	8.760	8.760
Honorários	15.985	9.600
Outros Fornecimentos e serviços externos	6.969	7.469
	97.442	78.058

A rubrica de "Trabalhos especializados" inclui, em 31 de dezembro de 2022 um montante de 12.251 Euros (12.251 Euros em 2021) relativos a serviços de manutenção e 8.647 Euros de honorários para auditoria em 2021.

A rubrica "Comissão de gestão da carteira" diz respeito, tal como anteriormente referido, ao montante debitado trimestralmente pelo Banco BPI pela gestão da carteira de ativos financeiros da Fundação.

12. SUBSÍDIOS CONCEDIDOS E PROJECTOS FINANCIADOS

A rubrica de "Projetos financiados" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Escolas Profissionais de Moçambique	-	16.546
	-	16.546

Os apoios concedidos pela Fundação durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2021 para o projeto "Escolas Profissionais de Moçambique", referem-se, essencialmente, a remunerações e encargos sociais pagos à consultora residente em Moçambique

A fundação não renovou o contrato tendo este terminado em 20 de junho de 2021

13 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme se segue:

	2022	2021
Subsídios ao investimento	-	24.940
Rendimentos e ganhos em ativos financeiros detidos para negociação		
Obrigações	5.038	-
Outros - UP's	2.105	281
Outros rendimentos e ganhos		
Valorização a Justo Valor de derivados	59.015	761
	66.158	25.983

O valor correspondente a "Subsídios ao Investimento", refere-se ao reconhecimento, no exercício de 2021, de parte do subsídio ao investimento recebido para a construção da sede da Fundação

Os valores correspondentes a rendimentos e ganhos em ativos financeiros detidos para negociação, referem-se às mais-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Por isso, os rendimentos acima refletem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da última atualização efetuada previamente à alienação.

Nas rubricas "Valorização a justo valor de derivados" encontra-se registado o movimento de justo valor e respetivo movimento financeiro relativo a derivados cambiais, cujo impacto em "Outros rendimentos" e "Outros gastos" totaliza, 59.015 euros em 2022 e 761 euros em 2021.

14 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme se segue:

	2022	2021
Impostos	2.412	2.208
Gastos e perdas em ativos financeiros detidos para negociação		
Obrigações	4.995	12.195
Outros ativos financeiros - UP's	68.196	4.586
Valorização a Justo Valor de derivados	6.374	19
Outros gastos	8.424	1.168
	90.401	20.176

Os valores correspondentes a "Gastos e perdas em ativos financeiros detidos para negociação", referem-se às menos-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Deste modo, os referidos gastos refletem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da sua última atualização efetuada previamente à alienação.

A rubrica de "Outros gastos" em 2022 incorpora essencialmente gastos com comissões na compra e venda de títulos no valor de 7.924 Euros (668 Euros em 31 de dezembro de 2021).

15 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são detalhados conforme se segue:

	2022	2021
Juros Obtidos		
Depósitos bancários	-	392
	-	392

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os rendimentos provenientes de juros obtidos em obrigações foram registados em resultado operacional, juntamente com o impacto do justo valor dos instrumentos financeiros respetivos. No exercício de 2022 não foram verificados rendimentos provenientes de juros.

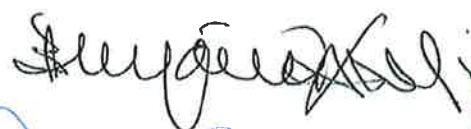
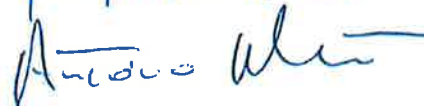
16 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do Balanço não se verificaram eventos, ajustáveis ou não ajustáveis, que possam ter impacto material nas Demonstrações Financeiras da Fundação.

O Contabilista certificado



O Conselho de Administração



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Portugal-África (a Entidade – uma pessoa coletiva de direito privado com fins de utilidade pública – Nota Introdutória), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 9.371.031 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.360.585 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 576.047 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Portugal-África em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NUIT e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 1 de maio de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Hugo Ricardo Alves Araújo, ROC
Registo na OROC n.º 1437
Registo na CMVM n.º 20161047



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

1. No âmbito das suas competências constantes da alínea a) do artigo 16.º dos Estatutos, vem o Conselho Fiscal submeter a V. Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da Fundação Portugal África referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.
2. No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do exercício, a atividade da Fundação, através dos contactos que regularmente manteve com o Conselho de Administração.
3. Efetuou as verificações julgadas oportunas e adequadas à atividade desenvolvida, acompanhou e analisou a evolução da situação financeira da Fundação.
4. O Balanço a Demonstração dos Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras permitem, em sua opinião, uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados em 31 de Dezembro de 2022.
5. Tomou conhecimento do relatório de auditoria externa às Contas da Fundação Portugal África, elaborado pela empresa Deloitte & Associados SROC, S.A, no qual é emitido parecer favorável, com o qual concordam.
6. O Relatório do Conselho de Administração descreve, com o necessário detalhe, as atividades desenvolvidas pela Fundação no ano de 2022.
7. O Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo às Demonstrações Financeiras, da responsabilidade do Conselho de Administração, encontram-se elaborados de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro gerais.
8. A Fundação Portugal África decidiu continuar a adotar a forma de apresentação das demonstrações financeiras e de relato segundo as normas gerais do SNC por considerar que proporcionam uma base de informação mais detalhada e útil aos destinatários da informação financeira.
9. Não teve conhecimento de qualquer situação contrária aos estatutos e preceitos legais aplicáveis.
10. Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de Parecer que a Assembleia de Fundadores da Fundação Portugal África aprove:
 - O Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.
 - A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
 - Um voto de louvor e confiança aos membros do Conselho de Administração, pela competência e dedicação com que exerceram as suas funções durante o exercício de 2022.

Porto, 2 de maio de 2023

O CONSELHO FISCAL

Presidente:

Dr. Luis Miguel Ribeiro

Vogal:

Dr.ª Maria Helena Dias Duarte

Vogal:

Dr. António Jorge Miranda